
PARECER TÉCNICO

Solicitante: Comissão Permanente de Licitação- CPL

Finalidade: Solicitação de análise e parecer técnico quanto ao processo Licitatório nº. 7/2017-1112001, Modalidade: Dispensa de Licitação, referente à Aquisição de 02 (dois) VEICULO 0 KM, descritos nas Propostas Nº 12051.023000/1160-01 e Proposta Nº 12051.023000/1150-04 Ministério da Saúde visando atender as necessidades da UBF JOEL NUNES DOS SANTOS E UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA POCIANO CISTO CARVALHO, no Município de Mãe do Rio Pará, não acudiram interessados no Pregão Presencial nº. 9/2017-00027 e Pregão Presencial nº. 9/2017-00039.

DOS FATOS:

Ocorre que chegou a esta assessoria técnica, para manifestação, solicitando análise e parecer desta controladoria municipal sobre a Aquisição de 02 (dois) VEICULO 0 KM.

DA LEGISLAÇÃO:

- Lei nº 8.666/93;
- Constituição Federal;
- Lei nº 10.520/2002

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar, lembrando ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser

encaminhado por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório nos autos encaminhados pelo Departamento de Licitação.

Compulsando os autos, da análise do referido Processo Licitatório, identificou-se:

- Consta solicitação de despesa da Secretaria de Saúde para Aquisição de 02 (dois) VEICULO 0 KM, descritos nas Propostas Nº 12051.023000/1160-01 e Proposta Nº 12051.023000/1150-04 Ministério da Saúde.
- Em Certidão de Dotação Orçamentária, fornecida pelo Departamento de Contabilidade, constatou-se que existe previsão orçamentária para que o processo fosse autorizado;
- Consta autorização, no dia 11 de Dezembro de 2017, do ordenador do Fundo para abertura do processo;
- Consta a autuação do processo no dia 11 de Dezembro de 2017, da comissão de Licitação.
- Consta na fundamentação legal para a contratação, a fundamentação legal no Art. 24, Inciso V, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- Consta parecer jurídico, opinando para aprovação do processo licitatório;
- A Empresa a Pessoa Jurídica: AUTO 4X4 SERVIÇO E COMERCIO DE PEÇAS, CNPJ: 12.965.774/0001-36, apresentou todas as documentações e condições exigidas sendo considerada vencedora do certame.
- Consta o Termo de Ratificação do Ordenador de Despesas. Para a contratação da AUTO 4X4 SERVIÇO E COMERCIO DE PEÇAS, CNPJ: 12.965.774/0001-36, no valor de R\$ 86.000,00.
- A empresa apresentou declaração de próprio punho se responsabilizando em entregar o produto no valor citado acima e caso descumpra as regras do edital, será penalizada de acordo com a lei 8.666/93.
- Consta nos autos do processo o contrato nº. 20170352, no valor de R\$ 86.000,00.
- O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas e contendo carimbo do órgão.

MANIFESTA-SE, portanto:

De acordo com o exposto, esta Controladoria **RECOMENDA** o prosseguimento do processo, conforme a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002.

É o Parecer, s.m.j.

Mãe do Rio, 12 de Dezembro de 2017.

João Junior Borges de Oliveira
Controlador Geral do Município